



**A PRODUÇÃO DE CORPOS SOCIALMENTE ESTEREOTIPADOS:  
UMA BREVE REVISÃO FILOSÓFICA**

**THE PRODUCTION OF SOCIALLY STEREOTYPED BODIES: A  
BRIEF PHILOSOPHICAL REVIEW**

**LA PRODUCCIÓN DE CUERPOS SOCIALMENTE  
ESTEREOTIPADOS: BREVE REVISIÓN FILOSÓFICA**

Mariana de Oliveira Xavier

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

Pedro Xavier Russo Bonetto

Universidade de Pernambuco

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma breve análise sobre os princípios pedagógicos, sociais e filosóficos que baseados na racionalidade moderna acabam por reforçar padrões homogêneos de corpos. Nessas perspectivas, fundadas em elementos da ciência e da psicologia desenvolvimentista, produziu-se historicamente uma concepção de corpo, que previamente almejados ou pré-moldados, com valores e concepções médicas e eurocentradas, acabaram por instituir um certo modelo corporal compreendido como adequado.

Numa visão sociocultural, o corpo é constituído por histórias, vivências, momentos, experiências e uma infinidade de vetores externos que formam. Portanto, podemos dizer que esta construção, implica em exhibir ao mundo exterior quem somos ou como agimos a partir de mostras de como o mundo agiu sobre nós. Essas mudanças, adaptações, mescla de culturas ou ramificações



do corpo, faz com que sejamos inseridos no mundo social. E isso têm como intenção não apenas nos fazer pertencentes a grupos ou meios, mas estabelecer uma infinidade de relações sociais e de poder. É a criação da sua identidade, do seu eu, sua performatividade e sua relação com o mundo que está inserido.

Dessa compreensão sobre os corpos e suas relações sociais, e aqui mais precisamente no ambiente escolar, pensemos nos corpos estereotipados como um campo desafiador de desbravamento. Indicando que, assim, a produção de estereótipos corporais tende a gerar exclusões, discriminações e preconceitos à indivíduos tipificados corporalmente. A breve revisão em tela pretende articular dois elementos às noções de corpo: os processos de normatização/identidade e a produção de corpos desviantes, dissidentes, relacionados aqui com o conceito de diferença.

## O CORPO NA PERSPECTIVA FILOSÓFICA

Neste contexto, o corpo estereotipado colocado como centro de visibilidade dos estudos educacionais, mostra-se em dissonância com uma variedade de problemas sociais e das relações estabelecidas com os corpos padronizados ou previamente estruturados socialmente, gerando assim uma discrepância do que se espera socialmente do corpo com o que se designa o corpo individual. Ao tratar-se do corpo como objeto de estudo, vários são os campos que se interessam por este conceito, sejam estes aspectos sociais, filosóficos, históricos ou biológicos, todos merecem um estudo a fundo a fim de desconstruir as mais variadas e densas colocações sobre ele.

Para o filósofo francês Michel Foucault (1979), o poder não é tido, mas exercido. Ele menciona que existe um micropoder, que faz a união de microesferas responsáveis por exercer poder sobre os indivíduos e o macropoder representa a capacidade do Estado em regular a sociedade e o comportamento de cada indivíduo. Segundo o autor, são as lutas, os comportamentos sociais e as relações de poder que irão dar origem ao conhecimento. Ele diz que: “O poder produz saber (...), não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2010, p. 30). Então, mesmo que para o filósofo francês o



conhecimento seja pela leitura genealógica ou pelos dispositivos que são capazes de inventar e emoldurar o corpo, ele não liga o conhecimento aos instintos.

Neste viés foucaultiano, o corpo é desativado de sua condição de agente e passa a ser *locus* sobre o qual incidem as técnicas de poder. De tudo que é externo, tratando-se de poder em relação ao corpo, este que tem um grande movimento que atua sobre os corpos nos traz essas ideias. Sendo assim, o filósofo reforça que essas dimensões externas ao corpo são a linha de seu questionamento e visibilidade. Não lhe basta apenas evidenciar as formas que a história encontrou de tratar o corpo, mas indicar que “o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 1987, p. 28).

Dentre todos esses adendos, o corpo é algo que mesmo sendo o principal dispositivo responsável pelas relações poder, é por muitas vezes desatendido de estudos mais profundos ou um enfoque mais denso de sua subsistência e individualidade nas relações que permeiam a escola. Inúmeras são as formas de distinção e dissemelhança nos corpos e sua performatividade dentre os sujeitos, e a cada dia, torna-se mais comum a utilização de técnicas para modelar, adentrá-los na norma e redefinir os corpos a fim de enquadrá-los num padrão pré-estabelecido socialmente. Entretanto, várias contradições ocorrem nesta construção, pois mesmo que através dessas condições os sujeitos produzam um novo significado para seus corpos, até mesmo por um significado de existência no mundo ou a estruturação de sua individualidade, eles lidam a se entrever neste pertencimento que lhe foi almejado e engendrado. Temos como exemplo, as pessoas trans que fazem modificações estéticas em seus corpos que consequentemente transcendem ao seu pertencimento social.

Segundo Sant’Anna (2001 p.3), “Realizar uma história do corpo é um trabalho tão vasto e arriscado quanto aquele de escrever uma história da vida”. Tendo em vista que cada corpo é formado não apenas por aquele que é material, que possui uma forma física e uma determinada composição química e no qual se passam processos químicos e físicos, (senão seríamos apenas um grande amontoado de moléculas), mas também de sensações, sentimentos e experiências.

De acordo com a teoria de Durkheim (1984), as células do corpo se integram, funcionando em conjunto e harmonizando os órgãos e suas funções. Da ideia de Durkheim, Antonin Artaud em



1947 descreve: “Se quiserem, podem meter-me numa camisa de força, mas não existe coisa mais inútil que um órgão. Quando tiverem conseguido um corpo sem órgãos, então o terão libertado dos seus automatismos e devolvido sua verdadeira liberdade”.

Gilles Deleuze, outro filósofo francês, traz este tema do corpo sem órgãos para o sentido filosófico pela primeira vez em seus escritos do livro “Lógica do Sentido” (1969). Mais tarde, a união dele com o psicanalista Félix Guattari, gera mais livros onde o termo “corpo sem órgãos” torna-se um vocabulário fundamental. Embora pareça algo fantasioso ou platônico, Artaud quer nos dizer ou explicar os órgãos como um meio ou maneiras de termos acesso ao mundo. São “partes” que fazem com que parcialmente experimentemos a natureza. Portanto, no contato com o mundo cada órgão nos agencia um objeto parcial. Cada momento, movimento ou gesto é único dentro da experiência e esta então se torna múltipla, plural e fluída. Trazendo para o conceito social, as organizações sociais (e a palavra organização não está nesta frase à toa), são pré-estabelecidas a partir de olhares moralizantes ou que determinam ou instruem padrões a serem seguidos. As organizações que seguimos para nos adentrar ao meio social, nos fazem padronizar nossos corpos.

Trata-se de criar um corpo sem órgãos ali onde as intensidades passem e façam com que não haja mais nem eu nem o outro, isto não em nome de uma generalidade mais alta, de uma maior extensão, mas em virtude de singularidades que não podem mais ser consideradas pessoais, intensidades que não se pode mais chamar de extensivas (DELEUZE; GUATARI, 1996, p. 18).

Ao pensarmos nos corpos e as identidades que estão por trás destes, automaticamente fixamos alguns padrões como: menino e menina, gordo e magro, alto e baixo, variações de tons de pele ou cores e tamanhos de cabelos, vestimentas ou adereços. Estas variações existentes, partem por instaurar nos sujeitos a diferença. Diferença esta que é chamada de “marcas” de acordo com Guacira Lopes Louro.

As marcas devem nos “falar” dos sujeitos. Esperamos que elas nos indiquem - sem ambiguidade - suas identidades. Gênero? Sexualidade? Raça? Aparentemente seriam evidentes, “deduzidos” das marcas dos corpos. Teríamos apenas de ler ou interpretar marcas que, em princípio, estão lá,



fixadas, de uma vez e para sempre. Então, ficamos desconfortáveis se, por algum motivo, nossa leitura não é imediatamente clara e reveladora; se, por algum motivo, não conseguimos enquadrar alguém (ou a nós próprios) numa identidade a partir da aparência do seu corpo” (LOURO; 2000, p. 61).

Mas, e quando estas “marcas” não são realmente homogêneas? E quando elas variam causando mesmo naqueles que pensam além da diversidade biológica ou social contemporâneas um desconforto? Por que algumas diferenças em determinadas partes do corpo ou maneiras de movimentar-se pode apresentar o gênero do indivíduo e outras partes quando de cor ou tamanho alterado ou havendo uma diferença do padrão pode ser alvo de situações de preconceito ou julgamento?

Porém, apesar de desafiador, devemos levar em consideração que a escola e principalmente as aulas de Educação Física são espaços privilegiados para que haja essa interação do corpo/educação/cultura, tornando possível a discussão e um trabalho mais enfático com os padrões corporais pré-estabelecidos ou os estereotipados por inúmeros veículos que também são responsáveis pela construção cultural. Entretanto, os modelos de corpos pré-estabelecidos como ideais ou perfeitos, por muitas vezes não fazem parte da realidade da maioria dos sujeitos. Assim como afirmam Del Priore e Amantino (2011, p. 9): “(...) estereotípias corporais valorizadas que quase inalcançáveis por boa parte da população”.

Vendo que a construção de cada corpo é fomentada por uma grande quantidade de relações sociais e de poder, notamos que estas fazem com que sejam produzidos símbolos pelos sujeitos, muitas vezes até de forma inconsciente, formando assim determinados valores ou normas, no entanto, gerando conflitos ou lutas adversas de grupos contrários no sentido de se encaixar ou enquadrar nesses vetores pré-estabelecidos.

As relações de poder estão presentes em diversos momentos e aspectos da sociedade, e quando se trata deste caso, que é a legitimação de grupos e seus ideais, notamos que por muitas vezes na tentativa de validar, reivindicar direitos ou salientar princípios, os grupos que estão na posição de dominantes passam a serem dominados pela sua própria dominação. Ou seja, todo clamor da luta para legitimar seus corpos e representações aos grupos que *a priori* eram dominados, gera um vetor de força contrária os levando para a posição adversa.

Considerarmos então que a aparência corporal responde a ação do sujeito, percebemos que as instituições sociais como a escola passam a ser percebidas como importantes difusoras de



valores e de comportamentos por meio de um processo de produção e reprodução social e cultural. Vemos também que o currículo produz identidades e tudo que vai no sentido oposto da norma é considerado como diferença.

Inúmeras são as diferenças presentes na escola, sejam elas de classe social, gênero, sexualidade, etnia ou biotipo. E estas, quando não colocadas numa discussão crítica dentre os estudantes, podem ser fomentadas por preconceitos ou situações de conflito. As diferenças dos corpos não se restringem só ao polo do corpo físico, mas nele como um corpo performático ou representativo.

Se a diferença é tida enquanto desvio da norma, enquanto o Outro e se constituiu como um problema na modernidade, a expressão “respeitar às diferenças” faz crer que há um deslocamento da norma, da captura e assimilação do anormal, do estranho, do Outro, para o sentido de reconhecer e até defender as diferenças, antes vistas como ameaça. Reforça-se na atualidade a possibilidade da convivência com o diferente como algo possível (NUNES; 2016, p. 8).

Para Gomes (2008) os currículos e práticas escolares que incorporam essa visão de educação para as diferenças tendem a ficar mais próximos do trato positivo da diversidade humana, cultural e social, pois a experiência da diversidade faz parte dos processos de socialização, de humanização e desumanização. A diversidade é um componente do desenvolvimento biológico e cultural da humanidade.

## REFERÊNCIAS

DEL PRIORE, M.; AMANTINO, M. Apresentação. In: DEL PRIORE, M.; AMANTINO, M. (orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, p. 9 12, 2011.

DELEUZE G. **Lógica do sentido**. Ed. 2. São Paulo: Perspectiva, 2018.

DELEUZE G.; GUATTARI F.; **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3 . — Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996 (Coleção TRANS).



DURKHEIM, Émile (1984b). **As Regras do Método Sociológico**. Lisboa: Editorial Presença (1ª edição original em 1895).

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade e Currículo**. In: BEAUCHAMP, Janete. PAGEL, Sandra Denise. NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica: 2007.

LOURO, Guacira. **Corpo, escola e identidade**. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.25(2):59-76, jul./dez. 2000.

NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Afinal, o que queremos dizer com a expressão “diferença?”** In: NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari (org.). **Educação Física Cultural: por uma pedagogia da(s) diferença(s)**. Curitiba: CRV, 2016. v. 13

SANT’ANNA, D. B. **É possível realizar uma história do corpo?** In: SOARES, C. (ORG.). Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

SOARES, C.L. **Corpo e história**. Campinas, SP, ed. Autores associados, 2011.